

O “crime da Rua do Sol”: os diários do Porto e o novo jornalismo dos anos 60 em Portugal

Elsa Costa Silva

Universidade do Minho

E-mail: elsa.silva@ics.uminho.pt

Resumo

Os anos 60 representaram um período de mudança no jornalismo português. Apesar do regime autoritário e repressivo do Estado Novo, novas tendências começaram a marcar os periódicos portugueses. Um registo menos burocrático, mais criativo e experimental, uma aposta em géneros como reportagem e entrevista foram identificados nos periódicos lisboetas, onde a fotografia e novas fontes de informação começaram a pontuar com mais frequência. Este trabalho procura, através de um estudo de caso, avaliar se estas novas tendências também se manifestaram nos jornais portuenses. Através da análise à cobertura jornalística do “Crime da Rua do Sol”, um caso emblemático da cidade do Porto, este artigo identifica os sinais de mudança, que se verificaram sobretudo no Jornal de Notícias.

Palavras-chave: história do jornalismo; censura; reportagem; fontes de informação.

Abstract

A change in Portuguese journalism occurred in the 60s. Despite the authoritarian and repressive regime of the Estado Novo, new trends began to mark the Portuguese newspapers. A less bureaucratic, more creative and experimental style, a focus on genres such as reporting and interviewing were identified in the Lisbon newspapers, where photography and new sources of information began to appear more frequently. This paper seeks, through a case study, to evaluate if these new trends were also manifested in the Porto press. Through the analysis of the “Crime da Rua do Sol”, an emblematic case of the city of Oporto, this article identifies the signs of change, especially in the Jornal de Notícias newspaper.

Keywords: history of journalism; censorship; reporting; information source.

Data de submissão: 2018-09-07. Data de aprovação: 2019-03-27.

A *Revista Estudos em Comunicação* é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Comunicação, Filosofia e Humanidades (LabCom.IFP) UID/CCI/00661/2013*.



INTRODUÇÃO

PORTO, 7 novembro 1963. Há 16 dias que a cidade está em suspenso, ansiando pela resolução do crime da Rua do Sol que a todos assombra.¹ Quem matou a viúva abastada, deixando-a na cave de sua casa? A resolução do mistério será anunciada nos três jornais da cidade do dia seguinte, que acompanharam o caso e as investigações policiais quase diariamente, sossegando as inquietações da população. Mas a memória do crime permanecerá. O caso tem contornos muito particulares: um crime tão inusitado e de difícil resolução não seria expetável num país aparentemente tão pacífico e, por entre as malhas da censura, os desenvolvimentos da investigação são escalpelizados nas páginas dos jornais. Fica assim para a posteridade como um dos processos mais emblemáticos da cidade.

As manifestações de criminalidade sempre suscitaram o interesse do público, logo também dos jornalistas (Katz, 1987). O interesse por estas temáticas cresceu ao longo do século XX e, nos anos 60, os *media* começaram a interessar-se de forma particular por temas com um carácter espetacular como crimes, tumultos urbanos e guerra (Funkhouser, 1973). Há, na criminalidade, “um movimento de ruptura com a ordem social”, o que impõe “descontinuidades à previsibilidade da vida quotidiana” (Penedo, 2003, p. 89). Verificam-se, portanto, neste fenómeno a presença dos traços constitutivos da essência da notícia.

Para Katz (1987), o público procura recorrentemente notícias sobre crime – em que a essência permanece e só os contornos são diferentes de caso para caso – como uma forma de lidar com os dilemas morais que encontram na sua vida urbana e quotidiana. Assim, as notícias sobre crimes geram um interesse generalizado porque elas falam, de forma dramática, de assuntos que têm relevância direta para os desafios existenciais dos leitores ou para a sua identidade coletiva. Também Penedo (2003, p. 90) argumenta que, “ao dar visibilidade ao crime, os *media* proporcionam ao público um contacto com uma realidade complexa e multifacetada, tida como vital numa apreensão do mundo (...) e que transcende em larga medida a experiência individual de vitimização”.

Assim se explica que, para além de notícias mais ou menos rotineiras sobre crime, os leitores sigam também com grande fidelidade a cobertura de casos mais complexos que se prolongam no tempo. Foi o que aconteceu também no Porto, no ano de 1963, com a população a seguir avidamente a cobertura do “Crime na Rua do Sol”. De facto, desenvolvia-se um caso com ingredientes suficientes para intrigar os leitores, mas, por outro, os jornais estavam em Portugal submetidos ao exame prévio e as autoridades tendiam a censurar notícias que pudessem pôr em causa a normalidade e a ordem pública (como um crime sem explicação poderia fazer). Só que os anos 60 representam, também, um momento de transformação no jornalismo português, em que, e segundo Correia e Baptista (2005; 2007), apesar da censura, começou a surgir uma aposta na reportagem social e nos *fait-divers* e onde se verifica o descolar o jornalismo da divulgação acrítica de discursos das autoridades. Esta conclusão resulta de uma investigação de fundo com jornalistas da época e análise dos periódicos vespertinos, mas foi essencialmente focado no espaço de Lisboa.

Assim, o registo destas novas tendências no campo jornalístico não foi estudado de forma aprofundada no que diz respeito aos jornais do Porto. Pelo impacto que teve na cidade e na população, o “Crime da Rua do Sol” deu origem a uma extensa cobertura jornalística que pode constituir-se

1. <http://falemossinceramente.blogspot.com/2013/06/o-crime-da-rua-do-sol.html>

como um estudo de caso relevante para avaliar se a transformação no campo jornalístico também se manifestou na segunda cidade do País.

Da censura aos sinais de mudança nos anos 60

A censura em Portugal, que vigorou entre 1926 e 1974 como consequência do regime autoritário de António Oliveira Salazar, o chamado Estado Novo, teve efeito em todos os aspetos da vida social e política portuguesa (Caldeira, 2008). Este sistema repressivo totalitário afetou igualmente o dispositivo português da comunicação social, condicionando largamente o desenvolvimento do campo jornalístico e da imprensa (Lima, 2013; Correia e Baptista, 2007), e foi apenas sofrendo alterações no período com vista a torná-lo mais eficaz e infiltrado nas redações (Caldeira, 2008; Franco, 1993; Forte, 2000). A censura, procurando reprimir e condicionar intelectualmente a sociedade portuguesa, tinha na imprensa um alvo essencial da sua atuação.

A censura do Estado Novo partiu de uma conceção de opinião pública como sendo fraca e sugestionável, que deveria ser protegida, dirigida e esclarecida de acordo com critérios superiormente decididos pelo chefe da nação (Barreto, 1999). A opinião pública precisaria pois de ser defendida da imprensa, que poderia desorientar os cidadãos, apresentar pontos de vista contrários aos que o regime considerava serem a verdade, a moral, a boa administração e o bem comum. A instrumentalização da censura tinha assim um propósito amplo: promover, em qualquer circunstância, um sentimento de estabilidade e segurança. Tratava-se assim de generalizar a crença de que Portugal era um País bem governado, pacífico e ordeiro, onde não havia qualquer perturbação, nem necessidade de mudança.

A censura à imprensa foi estabelecida logo nos dias seguintes ao golpe militar de 28 de Maio de 1926: o sistema é decretado a 22 de Junho, suportada por leis de imprensa subsequentes (decretos 11 839, de 5 de Julho, e 12008, de 29 de Julho). O sistema implementou-se, ganhou força e, com a constituição de 1933, ganha enquadramento legal (Franco, 1993), abrindo-se o caminho à institucionalização do exame prévio. O decreto-lei 22 469, que se lhe seguiu e se manteve em vigor até 1972, institui a censura e, no mesmo ano, um outro diploma legal criou o suporte ideológico do regime: o Secretariado de Propaganda Nacional.

A intervenção dos censores, resultando das circunstâncias de cada momento, não atuava de acordo com um quadro regulamentar conhecido e observado por todos, mas sim com um forte carácter casuístico e discricionário (Barreto, 1999; Lima, 2013). A circunstância de haver jornais mais afetos ao regime e outros de índole mais “anti-situacionista” também motivava critérios diferentes na aferição da viabilidade noticiosa, com títulos mais penalizados que outros (Forte, 2000; Franco, 1993). A censura promovia, sobretudo, a inexistência de factos políticos e sociais (Caldeira, 2008) e ela própria se queria invisível aos olhos do grande público, que permanecia maioritariamente ignorante do verdadeiro alcance da ação censória (Barreto, 1999).

Isso tornava, obviamente, os interesses das populações como objeto de pouco (ou nenhum) tratamento noticioso e dificilmente a “voz do povo” chegava às notícias: o discurso posto a circular seria sempre o das autoridades públicas, investidas da sabedoria do regime quanto às informações que interessava divulgar. Qualquer publicação ou notícia, parágrafo mesmo, passível de sobresaltar o sentimento de estabilidade e segurança, estaria sob o domínio repressivo dos censores,

nomeadamente questões relacionadas com crimes passionais, bairros de lata, fome, homossexualidade ou prostituição (Barreto, 1999). Havia mesmo todo um léxico como crise, fraude, desfalque, assalto, suicídio, que os jornalistas se deviam abster de usar nas peças noticiosas (Forte, 2000). Todas as referências que pudessem ser consideradas ofensivas da moral ou dos bons costumes eram assim julgadas inconvenientes e alvo de cortes quando os jornais chegavam às mãos dos censores (Barreto, 1999; Lima, 2013). Do mesmo modo, as referências à guerra colonial eram também quase inexistentes.

A necessidade de tornar o processo mais previsível e sem percalços institui nas redações o mecanismo de antecipação de eventuais oposições, com jornalistas, chefias e direção a eliminar à partida notícias e factos suscetíveis de não passar no exame prévio (Barreto, 1999). Escreve Graça Franco (1993, p. 137) que, na década de 60, “o processo de sujeição dos jornais à censura simplificou-se consideravelmente, apoiando-se no funcionamento paralelo de uma instituição real que se denominava «auto-censura»”. O objetivo era não perturbar o funcionamento da redação, de modo a não atrasar a impressão, e posterior distribuição, nem criar assim mais dificuldades financeiras aos periódicos.

Estas circunstâncias, aliadas a uma prática profissional baseada em materiais secundários, justificam o tom monocórdico e cinzento pelo qual se pautava o jornalismo português nessa altura (Lima, 2013). Os jornais eram pouco interessantes e de baixa qualidade, dominados pelo género da notícia, escritos por profissionais que não precisavam de apresentar competências específicas e com base em fontes de informação institucionais e tradicionais que partilhavam a informação a todos da mesma forma (Correia e Baptista, 2007). Na década de 50, escreve Sobreira (2003, p. 74), “prevalencia a concepção de que o exercício do jornalismo dependia mais de uma forte «vocação» e de qualidades naturais e que aos candidatos a jornalistas bastava o mínimo de cultura geral”. Assim, “espartilhados dentro desta apertada vigilância, a noção de isenção e objetividade tão defendida pelo *ethos* jornalístico, era remetida para um horizonte distante, quase impossível de atingir (Lima, 2013, p. 106). Prevalencia a prosa laudatória e acrítica sobre as autoridades.

No entanto, e ainda que submetido a um aparelho castrador, há sinais de uma imprensa mais agitada que foi incorporando inovações sociais e culturais e que, nos anos 60, registou algumas transformações a nível das redações, nomeadamente o advento de uma nova geração. Esta, seguindo o modelo do “novo jornalismo” norte-americano, ganhou o espaço da rua e da reportagem (Correia e Baptista, 2005). Rosa (2017) assinala também no período o desenvolvimento de uma maior predisposição para o trabalho de investigação e de uma classe de jornalistas progressivamente mais profissional e distante do regime.

O surgimento destas novas tendências ocorre num contexto favorável à mudança. Para além do sobressalto político que significou a candidatura de Humberto Delgado e das movimentações nos círculos católicos de resistência ao regime, outras questões sociais foram igualmente relevantes: as crises estudantis (1961/1962 e 1969) e o recrudescimento do fenómeno da emigração (Correia e Baptista, 2007; Forte, 2000). No campo interno dos *media*, marcado pelo aparecimento da televisão em 1957, verificam-se igualmente algumas alterações relevantes: o aumento significativo do número de profissionais a exercer (no período entre 1960 e 1974 o número de jornalistas duplicou) e a diminuição da idade média dos jornalistas (Cabrera, 2006). Também nos anos 60, a preocupação com o acesso à profissão acentua-se, assim como cresce a consciência de que não basta a

vocação para fazer face às exigências de uma imprensa moderna, com as primeiras experiências de formação a terem lugar (Sobreira, 2003).

Esta nova geração de jornalistas vai tentar “praticar um jornalismo, em termos formais e de conteúdo, menos burocrático, mais criativo, mais experimental e arrojado nos géneros jornalísticos, na linguagem, mas temáticas e nos ângulos de abordagem” (Correia e Baptista, 2005, p. 1196), com a fotografia a ocupar um lugar cada vez mais importante e com uma procura de diversificação das fontes de informação.

Assim, mantendo-se traços do passado que coexistem com as novas tendências, as transformações no campo do jornalismo (Correia e Baptista, 2007) passam por: uma revalorização dos géneros da reportagem e da entrevista, um maior investimento cobertura de acontecimentos nacionais e internacionais e uma mudança no estilo jornalístico (um uso mais comedido dos adjetivos, menos prosa laudatória e mais discurso objetivo). As reportagens de denúncia social, relativamente à situação dos mais desfavorecidos ou sobre as consequências da guerra colonial, não tinham espaço no jornalismo português vigiado pela censura, mas ainda assim havia reportagem personalizada, protagonizada até meados dos anos 60, pela figura do jornalista-herói (Rosa, 2017). Estas mudanças contribuíram de forma significativa para uma maior credibilização do jornalismo como discurso da verdade, porque, ao incidir na reportagem social e nos *fait-divers*, permitiu ligar o relato dos jornais à realidade vivida pela população (Correia e Baptista, 2007).

O grande trabalho de fôlego sobre este período foi elaborado por Fernando Correia e Carla Baptista (2005; 2007), mas incidiu essencialmente sobre os jornais e os jornalistas de Lisboa. Admitindo os autores que haverá pontos comuns entre os universos da capital e da segunda cidade do País, consideram, contudo, que falta ainda avaliar a evolução dos diários sedeados no Porto, de que falam muito parcelarmente. Este artigo procura assim contribuir, ainda que de forma mais restrita, para o conhecimento no campo, avaliando através de um estudo de caso se os periódicos portuenses incorporavam as características deste novo jornalismo e as tendências de transformações.

Os elementos para o estudo de caso: O Crime da Rua do Sol e os periódicos portuenses

Este estudo de caso situa-se num período muito específico e curto (de 23 de Outubro a 08 de Novembro de 1963), mas dado o carácter algo espectacular do assunto, será propício a exhibir uma maior apropriação, por parte dos jornalistas, das novas tendências de produção jornalística. Assim, será uma análise relevante para identificar a presença, ou não, de traços distintivos do “novo” jornalismo e evidências de mudança.

Cenário

A 23 Outubro 1963 (quarta-feira), os habitantes do Porto foram surpreendidos com a notícia de que uma sexagenária tinha sido assassinada, no porão de sua casa, na rua do Sol. O cadáver tinha sido encontrado na véspera pelo sobrinho, alertado pelos vizinhos, depois de o estabelecimento de solas e cabedais, que a vítima possuía, ter estado encerrado na segunda-feira, contrariamente ao que era habitual. De acordo com as notícias iniciais, o crime teria acontecido já no sábado à noite.

PELA CIDADE

ESTATÍSTICA ELOQUENTE

Não poucas vezes tem «O Comércio do Porto» comentado a anarquia em que está a debater-se o trânsito, não só nas cidades como na estrada, apontando os malefícios desta falta de orientação e, principalmente, de disciplina, à custa da qual vidas preciosas são ceifadas diariamente ou, no melhor dos casos, temporariamente inabilitadas devido a ferimentos mais ou menos graves. Dequi, quem resulta prejuízo, tanto para a segurança individual como para a própria Nação, que se vê, deste modo, privada de cooperação sempre importante.

Não pretendemos apurar a quem pertence a responsabilidade, embora não seja difícil reconhecer que ela vai, em partes iguais, tanto para os mentes da estrada e das ruas citadinas como para as próprias entidades que não se decidem a intervir decisivamente e a legislar com mão forte, no sentido de que punições firmes sejam aplicadas aos transgressores, tão firmes... que possam convencê-los da necessidade de arripiarem o couro e integrem-se no bom senso, tomando conhecimento exacto das responsabilidades que lhes cabem e do mal que, consciente ou inconscientemente, causam às suas vítimas.

Não há, positivamente, necessidade de mencionar exemplos, tantos eles são e tão elucidativos, da incompreensão de quantos contribuem para ensanguentar a estrada, com perda de vidas, como desvios, e graves prejuízos materiais. O facto é tanto mais lamentável quanto é certo que a grande maioria destes acidentes são fruto da falta de cuidado, de parcória com o desconhecimento das regras do trânsito. Multidões dos que possuem CARTA DE CONDUÇÃO, se jor sem interrogados quanto aos direitos e deveres que lhes cabem na estrada, seriam reprovados em face da sua ignorância numa matéria absolutamente indispensável para quem conduz automóveis, camiões, motocicletas ou bicicletas, com ou sem motor.

A aplicação de multas, mesmo agravadas e outras penalidades já enunciadas, não conseguem nem consequir, estamos certos, reinar os ímpetos dos transgressores, pelo que há necessidade de ir mais longe para que o rigor da lei se faça sentir.

Por exemplo, uma nota estatística disse-nos que no período de 1 de Janeiro a 30 de Setembro deste ano, a Polícia de Viação e Trânsito autou, em todo o País, nada menos de 51.297 ciclistas, de acordo com a lovvel ofensiva oportunamente lançada contra esta autêntica epraga. E de passar tal quantidade num prazo relativamente pequeno, o que comprova, como dizemos, a ignorância e a inconsciência destes homens do pedal, que tomam de sua conta os estrados, rolam por eles intemperadamente, sem cuidarem de precaver-se por si e relativamente aos outros, vítimas dos seus abusos.

É esta a razão por que insistimos no sentido da aplicação de penalidades mais pesadas, englobando, além do multa quando, a apreensão do veículo por prazo mais ou menos dilatado, só assim haverá possibilidade de convencer os ciclistas de que devem atender ao Código da Estrada, respeitá-lo e obedecê-lo. E conquanto também muitos camionistas e automobilistas mereçam ser incluídos na elegida negra dos loucos do volante, é certo que, sancionado devidamente o sector ciclista, os acidentes na estrada e na cidade diminuirão sensivelmente.

Vale a pena experimentar.

Um cão atravessou-se-lhe na frente e o ciclista estatelou-se no solo
SOFRENDO GRAVES FERIMENTOS

NA RUA DO SOL

foi assassinada na sua residência

UMA SEXAGENÁRIA

em condições que a Polícia está a investigar

Ontem, de manhã, no porão do prédio n.º 182, da Rua do Sol, foi encontrado o cadáver da sr.ª D. Margarida Cepeda da Silva, de 65 anos, viúva do comerciante sr. Manuel Antero da Silva, e que, no rés-do-chão daquele edifício tinha instalado um armazém de solas e cabedais. O pescoco da infeliz sexagenária apresentava golpes profundos, provocados por um instrumento cortante e nos degraus da escada de acesso à cave, viam-se manchas de sangue. Em face destes factos, as autoridades não duvidaram em afirmar que se estava perante um crime repugnante e, possivelmente premeditado.

Os agentes e peritos da Polícia Judiciária iniciaram uma longa e minuciosa inspecção ao local do crime e a todas as dependências do prédio, de modo a obterem o maior número de elementos possíveis para as fu-

sença de vários curiosos que ali se concentraram, arrombou a porta e entrou.

Ao descer as escadas que dão para a cave, viram manchas de sangue e, depois, depararam com o corpo da desditosa sexagenária, estendido no chão e apresentando golpes no pescoco, presumindo-se que ele tivesse sido para ali arrastado, pelo criminoso.

O caso tornou-se logo conhecido pelos moradores da Rua do Sol e o sr. Silvio Vale comunicou-o, imediatamente, para a 1.ª Esquadra da P.S.P. que, por sua vez, o participou à Polícia Judiciária.

A brigada do chefe Branco, da Polícia Judiciária compareceu, prontamente, no local do crime, ao mesmo tempo que alguns agentes da P.S.P. estabeleceram um cordão junto da residência da vítima, para impedir que os curiosos ali entrassem.

A vítima dedicava-se à agiotagem ?

Os agentes e peritos da Polícia Judiciária iniciaram uma longa e minuciosa inspecção ao local do crime e a todas as dependências do prédio, de modo a obterem o maior número de elementos possíveis para as fu-

O crime devia ter sido praticado na noite de sábado para domingo

Tudo parece sugerir que o crime

Imagem 1. Notícia do crime dado pelo Comércio do Porto, edição de 23 Outubro 1963

As primeiras peças sobre o assunto, que relatam os acontecimentos à volta da descoberta do corpo, dão ainda conta da situação económica vantajada da vítima, assim como do facto de se dedicar à agiotagem. Nos dias seguintes, o caso continua a ser acompanhado pelos três diários portuenses, que seguem de perto os passos da Polícia Judiciária para encontrar o criminoso. Chega a ser preso um polidor de móveis, que tinha trabalhado meses antes na casa da vítima, mas acaba por ser libertado dias mais tarde.

Para além de relatar as diligências da investigação, as notícias falam ainda do assombro, sentido pela população do Porto, por um caso que estava a apaixonar a opinião pública. A confirmação do impacto do crime é dada no próprio dia do enterro, com uma multidão a esperar a saída do corpo do Instituto de Medicina Legal. O interesse manifestado pelos leitores leva mesmo a que, por várias vezes, os jornais apenas noticiem que não há novas notícias sobre o assunto e os impasses da investigação.

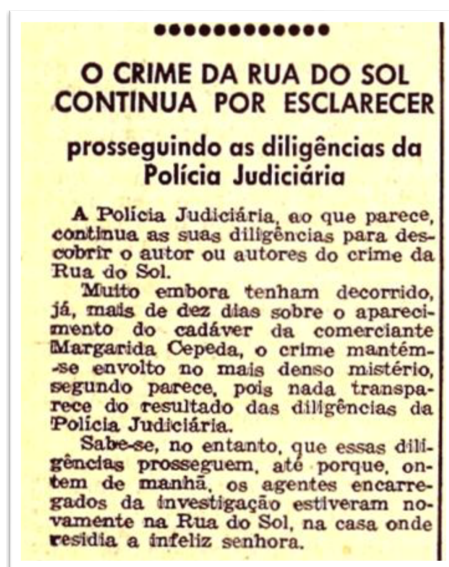


Imagem 2. Edição de 31 de Outubro de 1963 do Comércio do Porto

Finalmente, 17 dias depois, a polícia judiciária identifica o culpado, um vizinho da vítima que tinha “ajudado” bastante durante a investigação. Chegava ao fim o mistério, mas o caso ficou para a história da cidade, segundo o presidente do Museu Judiciário do Tribunal da Relação do Porto, como um “processo emblemático”, a par do julgamento de Camilo Castelo Branco (por adultério) ou do famoso “Zé dos Telhados”, o Robin dos Bosques português.

Os jornais portuenses

À data dos acontecimentos (e durante muitas décadas na cidade), o Porto era servido por três periódicos já centenários ou perto de o serem. O mais antigo era o Comércio do Porto (CP), fundado em 1854, que se assumia como sendo uma publicação de carácter regional, destinado à pequena e média burguesia. Era um jornal de tradição familiar e, não sendo considerado um jornal da oposição, assumia contudo algum distanciamento face ao regime. Publicou, por exemplo, na década de 50 o século XX, crónicas de Óscar Lopes, apesar da sua condição de crítico do regime.

O Jornal de Notícias (JN) era, dos três periódicos, o mais recente. Fundado em 1888, era uma publicação de carácter popular, destinado às massas, e com certo pendor mais sensacionalista. Em 1961, uma injeção de capital vinda de Lisboa (através da Sacor e da Caixa Geral de Depósitos) evidenciava algumas dificuldades financeiras por que passou o periódico. Era, dos três, considerado o mais aguerrido e menos instalado (Correia e Baptista, 2007).

O Primeiro de Janeiro (PJ) nasceu em 1868, fruto de um movimento político de revolta contra as políticas da capital. Órgão de informação conceituado na cidade, cosmopolita e atento às questões culturais e sociais, o jornal da burguesia e das profissões liberais foi várias vezes considerado como sendo um jornal de oposição. Era um caso de particular sucesso nas tiragens nortenhas

(Correia e Baptista, 2007), procurando, através de um estilo mais austero e linear, distanciar-se do regime.

De acordo com Correia e Baptista (2007), os três títulos, identificando-se com o regime nas questões essenciais, procuravam distanciar-se contudo, dando prioridade à objetividade informativa. Forte (2000) considera, porém, que o JN passou por duas fases distintas: nos anos 30/40, o jornal assumiu-se como parte da imprensa nacionalista, mas nas décadas seguintes mudou de forma significativa, afastando-se das diretivas governamentais.

Corpus de análise

Com o objetivo de situar a cobertura deste crime no novo modelo jornalístico anos 60, foi efetuado um estudo do produto, de forma a avaliar se as peças jornalísticas produzidas evidenciavam as características apontadas por Correia e Baptista (2005, 2007), nomeadamente a) um estilo e uma abordagem mais criativos, b) uma contenção em termos da prosa laudatória, c) uma maior presença de “rua”, d) um maior recurso a outras fontes que não apenas as oficiais e e) a utilização de fotografia.

Todas as peças jornalísticas produzidas nos três periódicos sobre o crime da rua do Sol, entre os dias 23 de Outubro de 1963 (dia seguinte à descoberta do corpo) e 08 de Novembro de 1963 (dia em que é noticiada a prisão do assassino), foram submetidas a uma análise de conteúdo qualitativa, tendo em conta as variáveis acima mencionadas. O assunto foi tratado em dez edições do Comércio do Porto e do Primeiro de Janeiro. O Jornal de Notícias cobriu o tema em 16 edições.

A cobertura jornalística do Crime da Rua do Sol

A diferença em termos de edições que noticiaram o caso evidencia logo à partida uma abordagem diferente do JN, pelo menos em termos quantitativos. Mas a diferença não se fica por aqui: o destaque dado ao assunto também foi diferente. Enquanto que o crime nunca foi à primeira página do Primeiro de Janeiro e apenas teve direito a uma pequena chamada de capa no Comércio do Porto (no dia da prisão do assassino), o assunto era frequentemente chamado à primeira página do JN. Além de quatro menções ao longo do período, o assunto foi ainda a manchete do dia 08 de Novembro.



Imagem 3. Capa do Jornal de Notícias do dia 08 de Novembro 1963

O âmbito de cobertura do Comércio do Porto e do Primeiro de Janeiro é, de uma maneira geral, o muito semelhante: relatam os mesmos acontecimentos e produzem peças jornalísticas sensivelmente nos mesmos dias. Ou seja, em ambos os títulos, os ângulos de abordagem são apenas as diligências e as informações provenientes das fontes na Polícia Judiciária. Quando esta, face ao impasse nas investigações, deixa de prestar informações (uma atitude a que o Primeiro de Janeiro chama de mutismo), a cobertura diminui significativamente (em número e na dimensão das notícias) até à peça final, que relata a descoberta da identidade do assassino, que em ambos é grande e destacada.

Apesar desta semelhança, olhando agora para a questão do estilo, registam-se diferenças significativas entre estes dois títulos. O Primeiro de Janeiro é o mais comedido, na utilização de adjetivos e na prosa literária. Sendo detalhado na cobertura dos acontecimentos, tem um registo mais objetivo e descritivo, usando muito raramente qualificações. Seguindo a lógica de maior distanciamento face aos factos, as referências mais elogiosas à actuação da Polícia Judiciária são discretas e, normalmente, apenas feitas uma vez apenas em cada peça. Assim, a cobertura jornalística ao longo do período refere que a PJ “desdobra-se em constantes diligências”, que os investigadores têm um trabalho “insano”, “aturado” e “extenuante”.

O Comércio do Porto é muito mais profuso na utilização da adjetivação, que contribui para dar um tom moralista à cobertura. Assim, a sexagenária é “infeliz” e “desdita”, tendo sido vítima de um crime “repugnante” (23 de Outubro), “horroroso” (24 de Outubro), “monstruoso” (25 de

Outubro), uma ocorrência “grave” (28 de Outubro) que só um “miserável” (24 de Outubro), um “bárbaro” (08 de Novembro) com “miseráveis instintos” (25 de Outubro) poderia ter cometido. Os jornalistas do Comércio do Porto são igualmente generosos nos adjetivos com que descrevem a actuação dos agentes da PJ, usando uma prosa laudatória acentuada. No dia 24 de Outubro, por exemplo, escrevem: “a poderosa máquina da PJ” trabalha para “chegar a uma conclusão rápida e segura”; a “PJ trabalha com científica precisão e segurança”, “não despreza o mínimo pormenor” e “não descansará” enquanto não encontrar o criminoso. Nos dias seguintes, mantém-se a laudatória, que ocupa um espaço relativo significativo na dimensão das peças, dizendo que as forças policiais têm uma “aturada mas cuidadosa actuação”, que a PJ “trabalha intensamente”, mesmo ao domingo, para terminar no dia da prisão do assassino a declarar que “a poderosa máquina agiu da melhor forma com competência e boa orientação”.

O foco narrativo de ambos estes periódicos é a actuação policial para resolver o crime, cumprindo assim a sua função reguladora na sociedade, pela convocação de “um quadro normativo dominante, que tem como desfecho a reposição da ordem” (Penedo, 2003, p. 92). O mesmo não poderá dizer-se da abordagem narrativa escolhida pelo Jornal de Notícias: a história contada neste título foca-se na personalidade da vítima, tentando explorar o mistério que haveria em volta da sua existência, falando da “vida enigmática” de uma “mulher estranha e pouco expansiva”, e explorando em várias notícias a informação de que ela teria um noivo, cujo nome e morada ninguém conhecia (e que nunca chegou a confirmar-se de facto).

O estilo da escrita do JN é muito mais literário que o dos outros dois jornais e, usando igualmente de adjetivos no seu discurso, não o faz, contudo, para moralizar a história. O tom é dado logo pela primeira frase da primeira notícia sobre o assunto, a 23 de Outubro de 1963: “A movimentada rua do Sol (assim chamada por mera ironia ou capricho de toponímia pois que os raios do astro-rei só esporadicamente ali conseguem entrar...) foi ontem palco de um acontecimento que, por invulgar e inesperado, assumiu proporções de caso de sensação e constitui o fulcro das conversas do dia”.

Assim, num tom muito mais desprendido se desenrola a história no JN, com muitos pormenores sobre as diligências policiais (mais do que nos outros periódicos) e com um pendor mais sensacionalista. Tendo em conta a caracterização genérica dos jornais do Porto apresentada por Correia e Baptista (2007, p. 74), e o facto de considerarem o JN como “o mais aguerrido a perseguir histórias humanas com potencial dramático”, este registo é o esperado. Mas a análise da cobertura noticiosa providenciada revela traços significativos. Assim, ainda que ocasionalmente, o JN também faça referências elogiosas ao trabalho da PJ, “aturado”, “intenso e extenuante”, cujos investigadores “não têm poupado canseiras nem regateado esforços” sob uma “proficiente e lúcida orientação”, não deixa de haver uma crítica velada ao silêncio a que se remete a PJ durante o impasse das investigação e ao engano que levou à prisão do polidor de móveis, cuja culpa é inicialmente dada como certa.

Para além deste distanciamento crítico face à atuação das forças policiais e do desprendimento face narrativa oficial do crime, o JN apresenta ainda diferenças muito significativas na sua cobertura: usa recorrentemente fontes de informação não oficiais, nomeadamente cidadãos individuais. Quer no Primeiro de Janeiro, quer no Comércio do Porto, há referências genéricas e esporádicas aos populares e aos vizinhos, às pessoas que conheciam a vítima. Todas estas citações são feitas

em discurso indirecto, assim como as das autoridades. Não há, portanto, a voz do povo em directo e regista-se uma grande dependência de fontes oficiais. O território do crime, na cobertura destes dois periódicos, é maioritariamente a rua do Sol, no início dos acontecimentos, e também, em menor escala, o Instituto de Medicina Legal (IML), de onde saiu o corpo para o cemitério. Mas, depois, a cobertura não dá indicações de mais “rua”, parecendo ser feita maioritariamente na redação, através do contacto com as fontes policiais.

A cobertura do JN é muito mais móvel: começa, como a dos outros periódicos, na rua do Sol e vai também ao IML e ao cemitério. Mas, de seguida, não fica na redação: refere voltar à rua do Sol, fala frequentemente com vizinhos, visita familiares da vítima em Cête (Paredes), vai à casa do polidor de móveis injustamente acusado e avista-se com um sobrinho da sexagenária assassinada. As informações que recolhe nestas diligências são muitas vezes apresentadas em discurso indirecto, mas não só. O polidor de móveis fala em discurso directo, o familiar de Cête também: no meio das peças, há assim pequenas entrevistas transcritas na forma de pergunta-resposta. De forma diferenciada, o jornal combina assim fontes oficiais (Polícia Judiciária) com fontes não oficiais (vizinhos e familiares da vítima).

A utilização de fotos acompanha esta dinâmica. O Primeiro Janeiro e o Comércio do Porto publicam uma única foto: a da vítima – o PJ no primeiro dia, o CP, no primeiro e no último da cobertura. O JN publica essa mesma foto, igualmente no primeiro dia. Mas também muitas outras. Logo na peça inicial, traz ainda uma foto do estabelecimento da vítima, da retirada do corpo de casa e do jornalista a entrevistar testemunhas. Volta a publicar uma foto do jornalista nas suas diligências no dia seguinte, a que junta uma foto da multidão à porta do IML. Publica ainda uma foto do polidor de móveis a ser entrevistado pelo jornalista e do falsamente acusado com a sua mulher. No último dia da cobertura, para além de uma foto dos agentes da PJ envolvidos na investigação e de outra com o jornalista a tomar notas na conferência de imprensa, repete a foto da vítima e mostra ainda o local, onde o assassino escondeu as suas roupas e a arma do crime, a ser visitado por populares.

Estas fotos revelam, para além do óbvio interesse do jornal em diversificar a cobertura, tornando-a mais viva e dinâmica, uma perspectiva diferente da figura do jornalista: a do repórter-herói (Rosa, 2017), aquele que personaliza as demandas da investigação e que toma a ação nas suas próprias mãos. O jornal, pela mão do repórter, é assim também ele protagonista da *estória*, relatando o caso para além da investigação policial. O jornalista em questão é Germano Silva.² Quando a PJ se remete ao silêncio e para justificar as demandas que efetua, o jornalista escreve: “Mas o público exige e o nosso dever é informá-lo”. Em título, chega a ser escrito que a investigação avançou “graças a um elemento referido na reportagem do JN”. Em outra ocasião, escreve também: “Novos pormenores sobre a vida da vítima apurados pela reportagem do «Jornal de Notícias»”. A propósito da entrevista realizada com o familiar da vítima, que teria sérias dificuldades de comunicação, coloca em destaque na peça: “Impressionante entrevista com um cego e surdo”.

2. www.noticiasmagazine.pt/2016/um-dia-com-germano-silva/; www.sabado.pt/vida/detalhe/germano-ou-a-enciclopedia-viva-do-porto

O CRIME DA RUA DO SOL

NOVOS PORMENORES SOBRE A VIDA DA VÍTIMA APURADOS PELA REPORTAGEM do «Jornal de Notícias»

Há quatro dias, completam-se hoje, que a Polícia Judiciária mantém sob prisão, nos seus calabouços, como principal suspeito do crime da Rua do Sol, o envernizador Mário Soares da Silva, de 27 anos, da Rua dos Palames, 12, que, apesar dos insistentes interrogatórios a que tem sido sujeito, continua a negar a sua participação, isolada ou de parceria com outros, no assassinio. Aliás, vem mantendo essa atitude desde o momento em que foi preso, no Alto da Maia, em Ermesinde, onde se encontrava a trabalhar, pouco depois do meio-dia da passada sexta-feira. Entretanto, da Judiciária as informações que nos chegam são dadas, como se compreende, com muitas reservas e afinam sempre pelo mesmo diapasão: «não sabemos de nada», «está tudo na mesma», «por enquanto, tudo como antes» — e assim sucessivamente, só com a variante de ontem a acrescentarem «como sabe, hoje é domingo». Uma vez por outra, o repórter já consegue mais uma acheira, mas só depois de muito perguntar e insistir e às vezes apenas ao fim de longas esperas. Mas, como o público exige a informação e o nosso dever é informá-lo, nunca o tempo que gastamos por aqui e por ali é dado como mal empregado — e com mais ou menos pormenores a notícia não deixa de chegar ao leitor. Assim, para além do «não sabemos nada» e do «está tudo na mesma» oficiais, conseguimos apurar junto da Judiciária que as

Mário da Silva e se este de facto foi o autor do crime ou nele tomou parte acabará por o confessar e reconstituir.

de nos fornecer uma soma valiosa de informações, o sr. Arsenio Pereira serviu-nos também de inter-

**Impressionante
entrevista
com um cego e surdo**

Neste caso, a questão é esperar — mas, apesar da quase certeza da Polícia de que detém o próprio criminoso, ela não descarta outros pontos que possam fornecer a solução do caso. Por esse motivo, as investigações no exterior prosseguem num ritmo acelerado e pode dizer-se que largas dezenas de pessoas foram já ouvidas na sede da Judiciária e muitas mais ainda ali serão chamadas a prestar declarações.

Original método de comunicação de um homem que não vê e não ouve

preta» junto do sr. Fernando Leão de Andrade. E que este cavalheiro — pois de um cavalheiro se trata em toda a acepção da palavra! — há tempos que deixou de ouvir e de ver. Para contactar com os familiares e amigos, criou ele próprio um método original de comunicação, do qual há muito se serve com os melhores resultados, pois que, por ele, e com a ajuda de uma outra pessoa, consegue saber o que dizem os jornais, cuja «leitura» diária não dispensa. Foi por intermédio deles, aliás, que soube da trágica morte da sua parente, a sr.^a Margarida Cepeda. O método do sr. Fernando Leão de Andrade consiste: uma pessoa pé-

Imagem 4. Edição do Jornal de Notícias do dia 28 Outubro 1963

Esta abordagem criativa, experimental e arrojada do JN, na cobertura do “Crime da Rua do Sol”, parece ter incomodado o Primeiro de Janeiro. Por exemplo, nas duas edições anteriores à da revelação do criminoso, o JN foi dando conta das suspeições que cresciam sobre o vizinho da vítima, que acabou por ser confirmado como o assassino, enquanto que nem o Primeiro de Janeiro, nem o Comércio do Porto referiram o assunto. Assim, contrariamente ao tom distanciado do relato mais circunspeto das diligências policiais realizadas ao longo das investigações, a última peça do Primeiro de Janeiro sobre o assunto aborda a própria cobertura jornalística efetuada pelo jornal. O texto começa por abordar o interesse que o crime “envolto em denso mistério” suscitou na população e fala no trabalho necessariamente “silencioso” das autoridades. E justificam-se: “Esse o motivo por que nunca desejámos alimentar a curiosidade pública com informações sensacionais que não estavam esclarecidas e nos limitámos aos factos” — sendo estes discriminados como sendo as diligências policiais. O texto continua, afirmando: “Falámos com o criminoso dois dias após o crime (...) Quem conhecia a vítima espantar-se-ia que aquele velhote pequeno e franzino tivesse forças para dominar uma mulher ainda forte, apesar da idade, corpulenta e pesada”.



Imagem 5. Edição do Primeiro de Janeiro de 08 Novembro 1963

Conclusões

Este estudo de caso à cobertura jornalística de 1963 do “Crime da rua do Sol”, efetuada pelos três periódicos portugueses, evidencia que os elementos do “novo” jornalismo dos anos 60 também se manifestaram no Porto. E, contrariamente ao que foi descrito para a capital, onde a mudança toma lugar em publicações vespertinas mais modernas e recentes, essa mudança ocorre com jornais matutinos (com largas décadas de existência e, portanto, redações mais pesadas e instaladas). Mais concretamente, o Jornal de Notícias foi a publicação que mostrou ter incorporado as novas tendências, apresentando mais “rua” e reportagem, uma prosa mais arrojada, outras fontes de in-

formação, nomeadamente não oficiais, e uma aposta na fotografia. Por entre as malhas da censura repressiva e um ou outro elogio, chega mesmo a sugerir uma crítica às autoridades policiais.

Mas, tal como descrito por Correia e Baptista, este movimento não é generalizado e persistem continuidades do passado cinzento e monocórdico pintado pela censura. O Comércio do Porto é o jornal menos distanciado face ao regime, o que mais usa de prosa laudatória quando se refere à PJ e o que adota a perspectiva moralista da vítima infeliz/ assassino bárbaro. O Primeiro de Janeiro, ainda que menos elogioso face às autoridades policiais e adepto de um tom mais objetivo e descritivo, não deixa de seguir apenas as fontes oficiais de informação no desenrolar dos acontecimentos, não procurando abordagens alternativas. É a habitual *estória* da normalidade tranquilizadora: a autoridade que vence o crime. Por seu lado, o JN explora claramente uma narrativa nova: a da vítima misteriosa, que levava uma vida reservada, com um noivo de identidade desconhecida, e que, por alguma razão, temia a morte. Sendo uma cobertura mais sensacionalista, as peças do JN não deixam, contudo, de se inserir nessa linha descrita por Correia e Baptista (2007, p. 437) que evidencia um recuo face ao “noticiarismo” e uma “valorização de géneros como a entrevista e a reportagem, a procura do contacto directo com as pessoas e com as realidades do quotidiano”.

Assim, coexistem na imprensa portuense dos anos 60 (como coexistiram também em Lisboa) tendências diferentes: uma maior proximidade à ordem estabelecida, mas também uma maior objetividade face aos factos e um distanciamento face ao discurso oficial. Registam-se, portanto, divergências significativas entre as culturas redactoriais dos jornais do Porto, traduzidas em termos de projecto jornalístico e das práticas profissionais visíveis ao leitor. E, o que deixa adivinhar a última peça do Primeiro de Janeiro sobre este crime, e a reflexão que faz sobre a cobertura providenciada, é que a classe jornalística da cidade, ainda que com resistências, tinha consciência deste movimento, destas diferenças de abordagens aos temas e da mudança em curso.

Deste modo, como escrevem Correia e Baptista (2007, p. 434), o fim da censura, que só viria a acontecer depois do 25 de Abril, “não coincide, portanto, em sentido absoluto com o início da emancipação jornalística”, assim também no Porto. O dinamismo e vivacidade da cobertura do “Crime da rua Sol”, alimentado mas também alimentando o interesse do público, foi maior no Jornal de Notícias, mas essa ligação à população, e à sua vontade de quer saber mais sobre o crime, foi generalizada. Não deixa, assim, de ser significativo que quer o Comércio do Porto, quer o Primeiro de Janeiro tenham ido dando conta também do impasse das investigações, de que nada de novo se tinha ainda apurado – algo que não seria muito do agrado de um regime que queria um país calmo, ordeiro, onde os prevaricadores eram imediatamente identificados e punidos.

Este estudo de caso fornece algumas evidências relevantes para estudar a manifestação do “novo jornalismo” dos anos 60 nos jornais do Porto, mas não deixa de ser uma contribuição limitada. Sendo um estudo referente a um período de tempo muito restrito, é um “retrato” apenas diacrónico desse movimento e não permite perceber oscilações nem avaliar a sua linha temporal. Por outro lado, diz respeito a um assunto apenas – significativo, é certo, como era qualquer tema relacionado com crime – o que não permite generalizações a toda a prática jornalística do momento. Finalmente, este estudo de caso é focado apenas no “produto” e não há uma abordagem aos “produtores”, nem às “condições de produção”. Não ouviu, portanto os intervenientes, nem aferiu das percepções e memórias dos jornalistas da altura, nem das transformações nas tecnologias de redação, composição ou impressão. É, ainda assim, um contributo significativo para compreender

a evolução do profissionalismo no exercício do jornalismo na década de 60 em Portugal e a sua afirmação, num contexto adverso marcado pela censura.

Bibliografia

- Barreto, J. (1999). Censura. In A. Barreto & F. Mónica, *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 (pp. 275-284). Porto: Figueirinhas.
- Cabrera, A. (2006). Os jornalistas no Marcelismo—dinâmicas sociais e reivindicativas. *Media & Jornalismo*, 9: 9-22.
- Caldeira, A. (2008). A censura a que temos direito. *Media & Jornalismo*, 12: 9-18. Lisboa.
- Correia, F. & Baptista, C. (2005). Anos 60: um período de viragem no jornalismo português. *Livro de Atas 4º SOPCOM: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*: 1191-1202.
- Correia, F. & Baptista, C. (2007). *Jornalistas, do ofício à profissão – mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Forte, I. (2000). *A censura de Salazar no jornal de notícias*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Franco, G. (1993). *A censura à imprensa, 1820-1974*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Funkhouser, G. (1973). Trends in media coverage of the issues of the '60s. *Journalism Quarterly*, 50(3): 533-538.
- Katz, J. (1987). What makes crime news?. *Media, Culture & Society*, 9(1): 47-75.
- Lima, H. (2014). Meios de censura e formas de condicionamento do jornalismo na ditadura portuguesa. *Media & Jornalismo*, 12(1): 165-188.
- Penedo, C. (2003). O Crime nos Media. Impacto e valor simbólico das histórias transgressivas. *Media & Jornalismo*, 3(3): 89-102.
- Rosa, G. (2017) Repórteres apesar de tudo. As vias possíveis de reportagem nos jornais durante o estado novo. In J. Carvalheiro (org.), *Facetas do reporter – narrador e narrado* (pp. 19-42). Covilhã: LabCom.IFP.
- Sobreira, R. (2003). O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974). *Media & Jornalismo*, 3(6): 67-87.